



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CRISTIANE MADEIRO ARAÚJO DE SOUZA

**FATORES DETERMINANTES DA ABERTURA DE NOVAS EMPRESAS NO
BRASIL NO PERÍODO 1999-2005**

**FORTALEZA
2009**

CRISTIANE MADEIRO ARAÚJO DE SOUZA

**FATORES DETERMINANTES DA ABERTURA DE NOVAS EMPRESAS NO
BRASIL NO PERÍODO 1999-2005**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Administração, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Façanha Câmara

**FORTALEZA
2009**

CRISTIANE MADEIRO ARAÚJO DE SOUZA

**FATORES DETERMINANTES DA ABERTURA DE NOVAS EMPRESAS NO
BRASIL NO PERÍODO 1999-2005**

Dissertação submetida à Coordenação do
Curso de Mestrado em Administração, da
Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Administração.

Data de Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Façanha Câmara

Prof. Dr. Carlos Artur Sobreira Rocha

Prof. Dr. Ricardo Brito Soares

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força, resistência e luz, requisitos primordiais para execução deste trabalho.

Ao professor Dr. Samuel Façanha Câmara, pela dedicação de tempo e paciência durante a orientação dessa dissertação.

Aos outros membros da banca, professores doutores Carlos Artur Sobreira Rocha e Ricardo Brito Soares, que às vésperas de Natal se dispuseram a participar do exame de qualificação e também pelas sugestões e críticas que contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade dessa dissertação.

Ao professor Dr. Paulo César de Sousa Batista por se mostrar sempre disposto a auxiliar e orientar nos momentos de incerteza e desorientação.

A minha família, em especial aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e pelo apoio incondicional.

A minha irmã Renata, por permanecer forte e constante ao meu lado nos momentos que mais precisei.

Em especial ao meu esposo Sérgio, pelo exemplo de companheirismo, dedicação, paciência, orientação e amor nos momentos de necessidade.

Aos meus filhos Victor e Giovanna pela compreensão nos momentos de ausência.

A todos os meus colegas do curso de mestrado, em especial ao Roberto Guimarães e à Manuela Klein, pelo suporte, pelas palavras de incentivo e apoio nas dúvidas e dificuldades.

Aos professores e funcionários do curso de mestrado da Universidade Estadual do Ceará pela presteza e camaradagem.

RESUMO

Este trabalho procurou identificar quais os determinantes da abertura de novas empresas no Brasil. Utilizou-se como referencial teórico principal a teoria eclética, que usa a linguagem econômica para distinguir os diversos determinantes do empreendedorismo. De fato, a teoria discrimina os determinantes entre demanda e oferta. O lado da demanda cria oportunidades para empreendedores através da procura por bens e serviços, enquanto que o lado da oferta gera empreendedores em potencial que podem agir ao se depararem com as oportunidades. Devido à clareza e simplicidade, o modelo de análise da teoria eclética é escolhido neste trabalho para servir como referência para construção e interpretação do modelo estatístico. Utilizaram-se dados secundários sobre abertura de empresas, obtidos através de informações disponibilizadas publicamente pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC). Outras fontes de pesquisa foram utilizadas (IBGE, e FGV-DADOS). Na análise empírica, verifica-se que, exceto quando se utiliza a variável *Firmas Individuais* como medida de empreendedorismo, a taxa de urbanização (medida de densidade populacional) se mostra fator determinante da taxa de criação de novas empresas. O tamanho do setor de Serviços também é fator determinante quando se considera a criação de empresas limitadas. Os resultados empíricos (sinais dos coeficientes) são consistentes com aqueles previstos pela Teoria Eclética quando se consideram estas duas variáveis (taxa de urbanização e tamanho do setor de Serviço). A variável crescimento populacional aparece como fator determinante em alguns modelos (quando se utiliza com medida da taxa de abertura de empresas a variável agregada *Empresas* com efeitos regionais e quando se utiliza a variável empresas LTDA sem efeitos regionais). No entanto, os resultados empíricos (sinais sempre negativos) não são consistentes com aqueles previstos pela Teoria Eclética que prevê uma associação positiva entre crescimento populacional e criação de empresas (sinal positivo). Vale ainda ressaltar que nenhuma das outras variáveis contempladas pela teoria eclética aparece como determinante da atividade empreendedora, pois apresentam coeficientes estatisticamente insignificantes.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Demanda, Oferta.

ABSTRACT

This work objective is to identify the determinants of the creation of new firms in Brazil. The theoretical reference was the Eclectic Theory, which uses economic terms to distinguish the different determinants of entrepreneurship. Indeed, the demand side creates opportunities for new entrepreneurs due to demand for goods and services. In turn, the supply side generates new potential entrepreneurs that can act when faced with those opportunities. Given the simplicity, the framework provided by the Eclectic Theory is chosen to serve as the reference to the construction and interpretation of the empirical results. The data set on new firms was obtained from the *Departamento Nacional de Registro de Comércio* (DNRC). Other sources were utilized (*IBGE e FGV-DADOS*). Using regression analysis it was found that, except for the case where Individual Firms are used to measure entrepreneurial activity, the urbanization rate (proxy for population density) is a determinant factor of the creation of new businesses. The size of the service sector is also a determinant factor when considering the creation of LTDA firms. The empirical results for those two variables (urbanization rate, service sector size) are consistent with the predictions of the Eclectic Theory. The variable population growth also appears as a factor in some models. However, the empirical results are not consistent (negative sign) with predictions of the Eclectic Theory which indicates a positive correlation between population growth and the creation of new businesses (positive sign). It is worth noting that none of the other variables raised by the Eclectic Theory proves to be a determinant of entrepreneurship, as they present coefficients statistically insignificant.

Keywords: Entrepreneurship, Demand, Supply

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estatísticas Descritivas.....	32
TABELA 2 - Determinantes da abertura de novas empresas com variável agregada Empresas como medida de empreendedorismo.....	33
TABELA 3 - Determinantes da abertura de novas empresas com variável Firma Individual como medida de empreendedorismo.....	34
TABELA 4 - Determinantes da abertura de novas empresas com variável Empresas LTDA como medida de empreendedorismo.....	35
TABELA 5 - Determinantes da abertura de novas empresas com variável agregada Empresas como medida de empreendedorismo e efeitos regionais.....	37
TABELA 6 - Determinantes da abertura de novas empresas com variável Firma Individual como medida de empreendedorismo e efeitos regionais.....	38
TABELA 7 - Determinantes da abertura de novas empresas com variável Empresas LTDA como medida de empreendedorismo e efeitos regionais.....	39
TABELA 8 - Matriz de Correlação.....	47
TABELA 9 - Taxa de aber. de empresas por Estado 1999-2005.....	48
TABELA 10 - Taxa de aber. de firmas individuais por Estado 1999-2005.....	49
TABELA 11 - Taxa de aber. de firmas LTDA por Estado 1999-2005.....	50
TABELA 12 - Participação da Mulher no Mercado de Trabalho.....	51
TABELA 13 - Taxa de Urbanização.....	52
TABELA 14 - Participação dos Serviços no PIB.....	53
TABELA 15 - Índice de imigração.....	54
TABELA 16 - Índice de GINI.....	55
TABELA 17 - Número de Empresas já estabelecidas.....	56
TABELA 18 - PIB a preços constantes de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.....	57

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Variáveis e Efeitos sobre a abertura de novas empresas segundo a Teoria Eclética.....	32
QUADRO 2 - Sumário dos Resultados Pertinentes à Teoria Eclética.....	40

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Modelo de Empreendedorismo de Solimossy.....	16
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Empreendedorismo – Definição.....	12
2.2 Teorias sobre Empreendedorismo.....	14
2.2.1 Teoria Contingencialista.....	14
2.2.2 Teoria Eclética.....	16
3. FRAMEWORK PARA A ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO EMPREENDEADORISMO.....	18
3.1 Demanda.....	18
3.2 Oferta.....	20
4. METODOLOGIA.....	23
4.1 Metodologia Econométrica.....	24
4.1.1 Métodos de Estimação para Dados em Painel.....	25
4.1.1.1 Efeitos Aleatórios (EA).....	25
4.1.1.2 Efeitos Fixos (EF).....	26
4.1.1.3 Primeira Diferença (PD).....	27
4.1.2 Testes Usuais para Dados em Painel e Resultados.....	29
5. BASE DE DADOS E SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	31
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	33
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
ANEXOS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A geração de novos negócios é apontada com um dos fatores determinantes da prosperidade dos países. Nesse processo, são criadas oportunidades, inovações, novos postos de trabalho e riquezas. O crescimento econômico está intrinsecamente relacionado à existência de indivíduos dispostos a empreender. Portanto, estudar empreendedorismo é importante para a formulação de ações que favoreçam o progresso e o desenvolvimento econômico (GEM, 2005).

Segundo Longenecker *et al* (1997), a riqueza de um país é mensurada de acordo com sua capacidade de gerar, em quantidade suficiente, os bens e serviços necessários ao bem-estar da população. A geração desses bens e serviços, por sua vez, é intimamente ligada à iniciativa de empreendedores.

De acordo com dados obtidos do Relatório Mundial *Global Entrepreneurship Monitor 2005- GEM*, a população brasileira é classificada como uma das nações onde mais se criam negócios, ficando em sétimo lugar, com uma taxa de 11,3%, ou seja, milhões de brasileiros são empreendedores, sejam eles iniciais, aqueles cujos empreendimentos têm até 42 meses de vida ou estabelecidos, aqueles à frente de um negócio com mais de 42 meses. O primeiro da lista é a Venezuela, com uma taxa de empreendedorismo de 25%, seguida pela Tailândia (20,7%) e a Nova Zelândia (17,6%).

A literatura aponta vários determinantes da abertura de empresas do nível de empreendedorismo, incluindo fatores ligados aos indivíduos (empreendedores potenciais), as firmas e ao país (ou estado). No entanto, os trabalhos sobre empreendedorismo realizados no Brasil se concentram sobre as influências das características dos indivíduos sobre o nível de empreendedorismo. Apesar do desenvolvimento de teorias e evidências empíricas que relacionam criação de novas empresas com variáveis agregadas, como desenvolvimento econômico, densidade populacional, taxa de imigração, participação da mulher no mercado de trabalho, etc, poucos trabalhos empíricos sobre o Brasil se propuseram a estudar esta relação. Para preencher esta lacuna na literatura sobre empreendedorismo no Brasil, este

trabalho se propõe a responder a estudar a relação entre as variáveis supramencionadas e o nível de empreendedorismo, medido pela taxa de abertura de empresas.

Utilizou-se como referencial teórico principal a teoria eclética, que usa a linguagem econômica para distinguir os diversos determinantes do empreendedorismo. De fato, a teoria discrimina os determinantes entre demanda e oferta. O lado da demanda cria oportunidades para empreendedores através da procura por bens e serviços, enquanto que o lado da oferta gera empreendedores em potencial que podem agir ao se depararem com as oportunidades. Devido à clareza e simplicidade, o modelo de análise da teoria eclética é escolhido neste trabalho para servir como referência para construção e interpretação do modelo estatístico. A dissertação se encontra organizada da seguinte forma. Na próxima seção introduz-se o referencial teórico. Na seção 3 descreve-se e maior detalhe a teórica eclética, referencial de análise neste trabalho. A seção 4 descreve a metodologia a ser utilizada. A seção 5 comenta sobre a base de dados utilizada. Os resultados são analisados na seção 6, e por fim, algumas considerações finais são expostas na seção 7.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empreendedorismo – Definição

A etimologia da palavra Empreendedor pode ser descrita como a tradução da palavra francesa “entrepreneur”. Em francês, a palavra “entrepreneur” apareceu primeiramente no “ Dictionnaire Universel de Commerce’ (Parias, France, 1723), e foi utilizado por Richard Cantillon em seu trabalho intitulado *Essai sur la Nature du Commerce en Général* (1755) e por Jean Baptiste Say (1803). Ao contrário da etimologia, não existe consenso sobre o significado da palavra empreendedor ou empreendedorismo. Em muitos artigos sobre empreendedor é comum ver referências a Jean-Baptiste Say como aquele que cunhou a palavra *entrepreneur*. Contudo, o verbo *entreprendre* vem de bem antes, da antiga França do século XII para designar aquele que incentivava brigas (FILION, 1999a) e não continha nenhuma conotação econômica. Em meados do século XV surgiu o substantivo *entrepreneur* como um sinônimo para contratante – *contractor* – (HAAHTI,1987). Isto levou ao entendimento de alguém que assumia alguma tarefa. No século XVI, seu significado mudou para “alguma ação bélica violenta” e era empregado a pessoas que tomavam a responsabilidade e dirigiam uma ação militar (FILION 1999a). Como aponta Haahti, isto implicava em um contexto perigoso que pode ter sido a causa para a mudança explícita que levou à idéia de risco inerente durante os próximos séculos até a atualidade.

Paralelamente, na Inglaterra, situações e palavras equivalentes eram utilizadas, como projeto– *project* - e projetor – *projector* - e aventureiro – *adventurer* - e empresário – *undertaker* - para denominar o empreendedor. Haahti afirma que o termo *undertaker* foi usado do século XIV em diante paralelamente ao termo *entrepreneur* na França. Com o passar do tempo houve uma distinção entre os termos *projector* e *undertaker*, sendo que o primeiro referia-se a um projetista, enganador ou especulador e o segundo denotava um homem honesto (HAAHTI, 1987).

Por fim, o termo empreendedor adquiriu o significado de alguém que executava, assumindo privadamente o risco, uma tarefa imposta pelo governo. Gradualmente, o referido termo se aproximou ao significado de uma pessoa que estava envolvida em um projeto de risco do qual um lucro incerto poderia ser derivado. (HAAHTI, 1987). A pesquisa de Haahti revelou que a primeira aparição das palavras *entreprendre*, *enterprise* e *entrepreneur* foi no Dicionário Universal do Comércio de Jacques des Brunslons Savary, publicado em Paris em 1723.

De fato, apesar de ser um fenômeno bastante estudado em administração, economia e em psicologia, não existe um consenso sobre o que significa empreendedorismo (OECD,1998, VAN PRAAG,1999; LUMPKIN E DESS,1996). Venkataraman e Shane (2000) observam a dificuldade em estabelecer um conceito para empreendedorismo e ressaltam que o problema é que empreendedorismo envolve o nexo de dois fenômenos: a presença de oportunidades lucrativas e a presença de indivíduos empreendedores. Segundo Fiet (1996) “empreendedorismo é um conceito multi-dimensional, a definição do conceito depende principalmente do foco da pesquisa de interesse”. Uma definição simples e direta se encontra em Zimmerer & Scarborough (1994). Os autores defendem que empreendedor é aquele que cria um negócio em face dos riscos e incerteza para o propósito de obter lucro e crescimento pela identificação de oportunidades e obtenção de recursos necessários para investir nelas. Schumpeter (1950), por sua vez, mostra uma visão mais ligada ao desenvolvimento econômico. Para o autor,

[...] o impulso fundamental que inicia e mantém a máquina capitalista em movimento decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção e transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria... esse processo de destruição criativa é fato essencial acerca do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo, e é aí que têm que viver todas as empresas capitalistas. (SCHUMPETER, 1984:112-3)

A estes novos bens, métodos, mercados, etc. Schumpeter denomina inovação. Schumpeter é considerado o primeiro autor a associar diretamente o termo empreendedorismo à inovação. Em suma, segundo a definição de Schumpeter, para ser considerado empreendedor, não basta criar uma nova empresa. A empresa tem que introduzir novas idéias, novos produtos ou novas

formas de organização industrial. O empresário tem que trazer inovações para o mercado para ser considerado empreendedor.

Low e MacMillan (1988) definem empreendedorismo como o processo no qual o indivíduo começa e desenvolve uma nova unidade de negócio. O presente trabalho utiliza definição mais próxima de Zimmerer & Scarborough (1994), pois utiliza dados sobre a criação de novas empresas como aproximação do nível de empreendedorismo.

2.2 Teorias sobre Empreendedorismo

Várias disciplinas abordam o tema empreendedorismo. A abordagem econômica se iniciou com Richard Cantillon (1680-1734) e Jean Baptiste Say (1767-1832) e se desenvolveu na sua forma mais moderna através de Joseph A. Schumpeter (1883-1950). A escola dos economistas associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação tecnológica e à busca por oportunidades.

A psicologia e sociologia procuram identificar características comuns aos indivíduos que engajam em atividades empreendedoras. A corrente desenvolvida por McClelland (1961) constitui um dos expoentes nessa área, evidenciando diversas características psicológicas e sociológicas do empreendedor.

Nessa seção serão discutidas em maior detalhamento as diferentes correntes de pensamento sobre empreendedorismo descritas além da teoria eclética (VERHEUL *et al* , 2001) que busca uma análise interdisciplinar do tema.

2.2.1 Teoria Contingencialista

A teoria contingencialista se baseia no reconhecimento de que elementos individuais e organizacionais são dependentes do contexto em que se inserem (LUMPKIN & DESS, 1996). O resultado da interação desses elementos com o ambiente influencia a formação e o desempenho de novos negócios. Os conceitos desenvolvidos pelos autores supramencionados são baseados na perspectiva contingencialista (STEINER, 1979; GINSBERG & VENKATARAMAN, 1985), que

explicitamente partem do princípio de que não existe uma melhor maneira de organizar, e que qualquer forma de organização não é igualmente efetiva sob todas as condições (GALBRAITH, 1973, p.2). A perspectiva contingencialista defende que variações ocorrem em todas as dimensões: organizacional e ambiental (GINSBERG & VENKATARAMAN, 1985).

Lumpkin & Dess (1996) apresentam um sistema de conceitos de empreendedorismo que inclui três elementos principais:

- 1) Orientação empreendedora individual (e.g autonomia, inovação, tomada de risco, nível de proatividade e agressividade competitiva).
- 2) Fatores organizacionais: Tamanho, estrutura, estratégia, recursos, cultura e características dos ocupantes de cargos importantes na empresa.
- 3) Fatores ambientais: dinamismo, complexidade e características da indústria.

Esse três elementos afetam o desempenho, que é caracterizado com crescimento das vendas, fatias de mercado, lucratividade, desempenho global e satisfação dos acionistas. Apesar de não especificar que medidas devem compor o conjunto dos fatores ambientais, a ênfase dos autores no contexto requer a inclusão de fatores ambientais específicos no modelo de empreendedorismo (SOLIMOSSY, 2000).

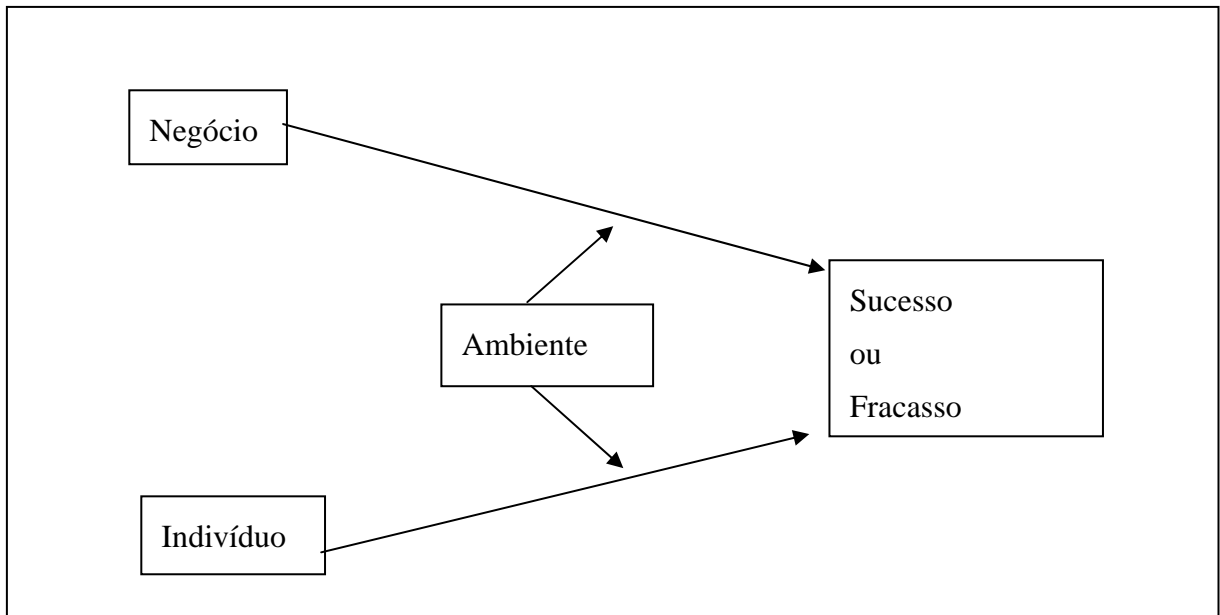


Figura 1 - Modelo de Empreendedorismo de Solimossy

Fonte: Elaboração da autora com base em Solimossy (2000, p. 42)

2.2.2 Teoria Eclética

Fatores econômicos e sociais explicam o nível de empreendedorismo (VERHEUL *et al*, 2001). Storey (1994, 1999) e Ez (1999) afirmam que políticas públicas também podem ser consideradas como fatores de influência no nível de empreendedorismo.

Segundo Verhuel *et al* (2001), existem diferentes formas de o governo influenciar o empreendedorismo: diretamente, através de medidas específicas e indiretamente, através de medidas genéricas. Conforme os autores, os determinantes de empreendedorismo podem ser categorizados de acordo com uma abordagem disciplinar, com o nível de análise e com a discriminação entre fatores de oferta e de demanda.

Nas abordagens disciplinares, verificam-se diferentes focos: a psicologia estuda as motivações e caráter dos (potenciais) empreendedores, a sociologia procura traços comuns (coletivos) dos empreendedores, estudos econômicos têm como objeto de investigação o impacto do ambiente econômico, incluindo escassez e custos de oportunidade, e desenvolvimento tecnológico sobre a atividade empreendedora e, por sua vez, a perspectiva da demografia se concentra

principalmente no impacto de características demográficas sobre o empreendedorismo.

No que diz respeito ao nível de análise, o empreendedorismo pode ser dividido em três categorias: micro, meso e macro. Estudos ao nível micro se concentram no processo de decisão dos indivíduos e os motivos que os levam a se tornarem empreendedores (ver Blanchflower, 2000 para revisão de tais estudos). De acordo com essa literatura, os fatores correlacionados com as decisões dos indivíduos de empreender são: educação formal, ativos financeiros, experiência no mercado de trabalho e características da família.

Estudos ao nível meso se concentram em determinantes de empreendedorismo que são específicos de cada mercado, como oportunidades de entrada e saída (BOSMA, ZWINKELS e CARREE, 1999 e CARREE & TURIK, 1996).

A perspectiva macro objetiva agregar os argumentos evocados nos níveis micro e meso para estabelecer relação entre empreendedorismo e uma série de fatores ambientais, como variáveis tecnológicas, econômicas e culturais (NOORDEHAVEN *et al* 1999; CARREE *et al* 2001).

O nível de empreendedorismo em um país (ou estado) pode ser explicado através da distinção entre o lado da oferta (perspectiva do mercado de trabalho) e demanda (perspectiva do mercado de trabalho) por empreendedorismo. O lado da demanda representa as oportunidades favoráveis ao empreendedorismo. Por sua vez, o lado da oferta diz respeito às características da população (composição demográfica, por exemplo).

3. FRAMEWORK PARA A ANÁLISE DOS DETERMINANTES DO EMPREENDEDORISMO

A teoria eclética brevemente descrita acima usa a linguagem econômica para distinguir os diversos determinantes do empreendedorismo. De fato, a teoria discrimina os determinantes entre demanda e oferta. O lado da demanda cria oportunidades para empreendedores através da procura por bens e serviços, enquanto que o lado da oferta gera empreendedores em potencial que podem agir ao se depararem com as oportunidades. Devido à clareza e simplicidade, o modelo de análise da teoria eclética é escolhido neste trabalho para servir como referência para construção e interpretação do modelo estatístico a ser apresentado na seção 4.

3.1 Demanda

Segundo a teoria eclética os fatores do lado da demanda que influenciam o nível de empreendedorismo são: desenvolvimento econômico, desenvolvimento Tecnológico e o tamanho do setor de serviços. A seguir descreve-se a relação destes fatores com o empreendedorismo.

Desenvolvimento Econômico

O efeito do desenvolvimento econômico sobre a atividade empreendedora é ambíguo. De fato, o crescimento econômico pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos sobre a atividade empreendedora, dependendo do estágio de desenvolvimento econômico e de fatores através dos quais o crescimento econômico exerce sua influência.

O argumento mais comum para explicar os efeitos negativos se refere à queda da atratividade da atividade empreendedora em períodos de expansão econômica. O desenvolvimento econômico é acompanhado de aumento de benefícios oferecidos ao empregados pelas firmas já estabelecidas (por exemplo: salários mais elevados, melhores planos de saúde e planos de aposentadorias), o que torna a criação de um novo negócio, e os riscos que o acompanham, menos

atrativo. Com o desenvolvimento econômico menos indivíduos estão dispostos a deixar trabalhos seguros para se aventurar em atividades empreendedoras (IYIGUN & OWEN, 1988). Por outro lado existem argumentos que favorecem a idéia do impacto positivo do crescimento econômico sobre a atividade empreendedora. Novas tecnologias têm reduzido a importância das economias de escala, diminuindo às barreiras a entrada, especialmente para empresas de menor porte. Além disso, o crescimento da renda gera demanda por uma variedade maior de produtos e serviços, criando oportunidades para novas firmas.

Desenvolvimento Tecnológico

Existe uma relação de causalidade dupla entre avanço tecnológico e empreendedorismo. De um lado, o avanço tecnológico é considerado a força motora da demanda por empreendedorismo (WENNERKERS & THURIK), enquanto que, do outro, pequenas firmas podem exercer um papel importante no desenvolvimento da atividade inovadora (OECD,1996).

Desenvolvimento tecnológico gera maior dinamismo na economia, dado o curto ciclo de vida útil dos produtos. Como consequência, menos vantagem pode ser obtida de economias de escala, o que favorece os pequenos negócios. Além disso, o dinamismo econômico compreende riscos que podem ser melhores absorvidos por pequenas firmas, que se adaptam mais rapidamente a mudanças que grandes firmas, tipicamente presas a seus paradigmas tecnológicos. Existe, no entanto, um efeito negativo que pode ser identificado. Barreiras à entrada de novas firmas podem ser criadas em alguns setores devido aos altos custos de Pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O Tamanho do Setor de Serviços

O setor de serviços é comumente associado à criação de oportunidades para novas empresas. Este setor se caracteriza pelo capital inicial baixo, o que minimiza barreiras à entrada e favorece a criação de novas firmas. Dessa forma, quanto maior o setor de serviço maior a demanda por empreendedores.

3.2 Oferta

Por sua vez, segundo a teoria eclética os fatores do lado da oferta que influenciam o nível de empreendedorismo são:

Crescimento Populacional

A taxa de crescimento populacional está associada ao nível de empreendedorismo (BAIS, VAN DER HOEVEN & VERHOEVEN, 1995). Segundo Ilo (1990) existe evidência empírica de que países com alta taxa de crescimento populacional também exibem alta proporção de novos empreendedores, enquanto que o contrário ocorre em países com baixa taxa de crescimento.

Existem algumas explicações para este fenômeno. Primeiro, o crescimento populacional em muitas regiões ou países está freqüentemente relacionado com imigração que por sua vez se encontra positivamente correlacionada com nível de empreendedorismo (STOREY, 1994).

Segundo, crescimento populacional pode também estar acompanhado de pressões (reduções) nos salários, o que diminui a atratividade de ser empregado e conseqüentemente aumenta a atratividade da atividade empreendedora. Além disso, população maior gera crescimento futuro da demanda por bens e serviços, criando novas oportunidades empresariais.

Densidade Populacional

Ao contrário do crescimento populacional as evidências não são claras com respeito à influencia da densidade populacional, expressa pela taxa de urbanização, sobre o nível de empreendedorismo.

Por um lado, áreas urbanas com alta densidade populacional são capazes de acomodar o crescimento da atividade empresarial devido à proximidade do mercado e infra-estrutura (BRÜDERL & PREISENDÖRFER, 1998). Além disso, inovação e cooperação entre firmas são fenômenos que emergem mais facilmente

em regiões com alta densidade populacional. Por outro lado, densidade populacional pode levar empresas a explorarem ganhos de escala, o que favorece a existência no mercado de poucas firmas.

Imigração

O número de imigrantes em um país pode ter um efeito direto ou indireto sobre o nível de empreendedorismo. O efeito indireto está associado às conseqüências da imigração sobre o crescimento populacional. A imigração influencia tanto o crescimento populacional, quanto distribuição da idade na população – imigrantes usualmente possuem mais filhos e são mais jovens que a população residente. O efeito direto por sua vez se deve a tendência dos imigrantes a serem mais propensos a assumir riscos que a população nativa (em média), característica fortemente associada ao empreendedorismo. Além disso, imigrantes freqüentemente atuam no segmento do mercado de trabalho onde a remuneração é baixa. Uma maneira de escapar deste mercado de trabalho “secundário” consiste em iniciar um negócio.

Participação da Mulher no Mercado de Trabalho

As evidências não são claras com respeito à influência da participação da mulher no mercado de trabalho sobre o nível de empreendedorismo. Por um lado, as mulheres se deparam com restrições de tempo e carga de trabalho elevada devido aos serviços domésticos que usualmente executam (LOSCOCCO, 1991).

Por outro lado, as mulheres são atraídas pela atividade empresarial devido ao tempo flexível que tal atividade oferece (BUTTNER & MOORE, 1997; BRUSH, 1992).

Distribuição de Renda

A má distribuição de renda é positivamente associada ao nível de empreendedorismo tanto pelo lado da demanda como pelo lado da oferta. Pelo lado da oferta, alta desigualdade de renda pode levar trabalhadores com baixos salários

a se engajarem em alguma atividade empreendedora. Conforme Stanworth & Curran (1973) iniciar um negócio para os mais pobres é uma necessidade. O efeito sobre o empreendedorismo também é positivo com relação àqueles que se encontram na cauda superior da distribuição de renda, pois a renda mais elevada é capaz de cobrir os riscos inerentemente associados à atividade empreendedora. Pelo lado da demanda, alta disparidade de renda gera oferta de produtos e serviços com grau de diferenciação elevado, o que também favorece o empreendedorismo. Indivíduos com renda mais elevada consomem produtos sofisticados e de alta qualidade, enquanto que indivíduos mais pobres procuram produtos mais baratos e de menor qualidade.

Outras Variáveis

A teoria eclética contempla ainda variáveis como atitude em relação ao risco, educação, distribuição da variável idade na população, carga tributária (incluindo incentivos fiscais) e variáveis institucionais como grau de regulação nos mercados, previdência social, facilidade em abrir e fechar um negócio. No entanto, muitas destas variáveis não estão disponíveis para análise ou simplesmente apresentam pouca ou nenhuma variação entre as unidades amostrais utilizadas no estudo econométrico. Devido a tais restrições apenas as variáveis educação (medida pelo número de anos de estudo) e distribuição populacional da idade foram incluídas na análise.

4. METODOLOGIA

Este trabalho possui uma abordagem quantitativa com a finalidade de investigar os determinantes da abertura de novas empresas. O método estatístico com delineamento descritivo será empregado neste estudo, e conforme Lakatus & Marconi (1986), tal método permite reduzir fenômenos econômicos e sociológicos a variáveis que podem ser quantificadas e então manipuladas estatisticamente, permitindo também estabelecer relações entre as variáveis e obter generalizações sobre sua natureza, sua ocorrência, seu impacto (quantitativo e qualitativo) ou seu significado. Economistas, administradores e sociólogos freqüentemente utilizam modelos de regressão para avaliar o impacto de variáveis explicativas (cuja seleção é motivada pela teoria) sobre determinada variável de interesse a ser explicada. Para operacionalizar tal modelo faz-se necessário definir o seguinte conjunto de variáveis:

Variável de interesse/resultado (ou dependente): Essa variável consiste no objeto de estudo do trabalho. É a variável que o pesquisador procura explicar.

Variáveis explicativas (ou independentes): Variáveis que potencialmente determinam a variável de interesse. A seleção dessas variáveis é motivada pela teoria e intuição (WOOLDRIDGE, 1960, p. 3).

A relação entre estas variáveis podem ser representadas por um modelo de regressão linear. Esse modelo se baseia na relação linear entre a variável dependente e variáveis independentes ou explicativas. Assim, escreve-se a seguinte equação:

$$Y_i = X_i\beta + \varepsilon_i$$

Note que i indexa a unidade de observação (indivíduo, cidade, estado ou ponto no tempo) e Y_i representa o valor da variável dependente Y correspondente à unidade de observação i . O símbolo X representa um vetor $1 \times K$ que contém K

variáveis explicativas e uma constante. Por sua vez, β é um vetor $K \times 1$ que contém os parâmetros a serem estimados pela análise de regressão. Esses parâmetros constituem o objeto central da análise, pois medem o impacto da variação dos fatores explicativos X 's sobre a variável dependente Y . Por sua vez, ε_i é uma variável aleatória que representa o erro da regressão. Detalhes adicionais sobre o método estatístico (econométrico) a ser empregado estão dispostos a seguir.

4.1 Metodologia Econométrica

A estratégia econométrica adotada para estimar os parâmetros segue a utilização de modelos com dados em painel. Essa forma de estimação possui algumas vantagens interessantes como: a maior quantidade de informação, maior variabilidade dos dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência dos estimadores.

Wooldridge (2002) descreve o modelo econométrico com dados em painel da seguinte maneira:

$$Y_{it} = X'_{it}\beta + c_i + u_{it} \quad i = 1, 2, \dots, N \quad t = 1, 2, \dots, T \quad (1)$$

onde i indica a dimensão no seccional, e t indica a dimensão no temporal. O interesse reside em estimar os efeitos parciais de cada variável x_i do vetor explicativo $X = (x_1, x_2, \dots, x_K)$ em relação à variável dependente Y .

Todavia, a variável c_i é uma variável latente (não observada) que representa a heterogeneidade no modelo, ou seja, esse termo tenta captar as características não observáveis entre as observações no “*cross-section*”. Além disso, uma suposição crucial nessa análise é que o efeito parcial de c_i é constante no tempo, todavia, podendo ser distinto entre as observações do “*cross-section*”.

O termo u_{it} é o erro estocástico, onde se supõem que $E(u_{it} | X_i, c_i) = 0$. Essa última suposição é conhecida como a hipótese de exogeneidade estrita, ou

seja, o erro aleatório é não correlacionado com o vetor explicativo X e não possui qualquer relação de dependência com a heterogeneidade c_i .

A partir da equação (1), o termo c_i pode ser visto como uma variável aleatória, ou como um parâmetro a ser estimado para cada observação i . Além disso, a variável latente c_i é responsável por captar as características não observáveis entre os municípios e que são imutáveis ao longo do tempo como, por exemplo, as características naturais (nível escassez de água, temperatura média, nível pluviométrico e etc.).

Vale ressaltar que a estimação com dados em painel abre diversas possibilidades de tratar os efeitos da heterogeneidade.

Wooldridge (2002) apresenta de maneira detalhada os modelos de efeitos fixos (EF) ou aleatórios (EA), e primeira diferença (PD), como formas de tratar tal problema econométrico. Vale ressaltar que o não controle desse problema tem como consequência a estimação de parâmetros inconsistentes.

4.1.1 Métodos de Estimação para Dados em Painel

4.1.1.1 Efeitos Aleatórios (EA)

O modelo com efeitos aleatórios (EA) trata c_i como uma variável aleatória que faz parte do erro, isto é, $v_{it} = c_i + u_{it}$. As suposições desse modelo são: (i) $E(u_{it} | X_i, c_i) = 0$, $t = 1995, \dots, 2005$ e, (ii) $E(c_i | X_i) = E(c_i) = 0$. O item (i) é a exogeneidade estrita, apresentada anteriormente. Já o item (ii) assume que c_i é independente com respeito ao vetor explicativo X_i . Dada a estrutura do erro v_{it} , a matriz de variância-covariância é dada por $\Omega = \sigma_u^2 I_T + \sigma_c^2 j_T j_T'$, onde I_T é a matriz identidade ($T \times T$) e $j_T j_T'$ é uma matriz unitária ($T \times T$).

Desta forma, o método mais adequado para estimar a equação (7) é através dos Mínimos Quadrados Generalizados (MQG), o qual assegura a

consistência das estimativas sob a 8suposição de exogeneidade estrita das variáveis explicativas, $E(v_{it} | X_i) = 0$, juntamente com a condição de $rank[E(X_i' \Omega^{-1} X_i)] = K$.

A eficiência do estimador de efeitos aleatórios, β_{EA} , também é garantida assumindo que a matriz de variância de v_i , condicionada a X_i , é constante, ou seja, (iii) $E(u_i u_i' | X_i, c_i) = \sigma_u^2 I_T$ e $E(c_i | X_i) = \sigma_c^2$. Entretanto, a suposição (iii) é muito forte, pois ela assume que a variância é constante e as covariâncias nulas (ver Wooldridge, 2002, p.259).

4.1.1.2 Efeitos Fixos (EF)

O modelo com efeitos fixos (EF) trata c_i como um parâmetro a ser estimado para cada observação i do “cross-section”. Para tanto, assume-se a mesma condição de exogeneidade estrita, (i) $E(u_{it} | X_i, c_i) = 0$, considerada no modelo de efeitos aleatórios. No entanto, o modelo de efeitos fixos (EF) relaxa a suposição (ii) assumida no modelo de efeitos aleatórios. Neste caso, os parâmetros são estimados de maneira consistente na presença de uma relação arbitrária entre c_i e X_i , $E(c_i | X_i) \neq 0$.

Segundo Wooldridge (2002), por conta desse relaxamento de suposição, o modelo de efeitos fixos (EF) possui uma robustez maior em relação ao modelo de efeitos aleatórios (EA).

A análise de efeitos fixos (EF) sugere a transformação da equação (1) de tal forma que seja possível controlar os efeitos da heterogeneidade. A transformação de efeitos fixos é obtida por meio do desvio em torno da média em relação à dimensão temporal da amostra, $t = 1, 2, \dots, T$. Desta forma, o primeiro passo do modelo é obter a seguinte o “cross-section”,

$$\bar{Y}_i = \bar{X}_i \beta + c_i + \bar{u}_i \quad i = 1, 2, \dots, N \quad (2)$$

onde $\bar{Y}_i = T^{-1} \sum_{t=1}^T Y_{it}$, $\bar{X}_i = T^{-1} \sum_{t=1}^T X_{it}$, e $\bar{u}_i = T^{-1} \sum_{t=1}^T u_{it}$.

O segundo passo é subtrair a equação (2) da equação (1), obtendo a seguinte equação transformada:

$$\dot{Y}_{it} = \dot{X}_{it} \beta + \dot{u}_{it} \quad i = 1, 2, \dots, N \quad t = 1, 2, \dots, T \quad (3)$$

sendo que $\dot{Y}_{it} = Y_{it} - \bar{Y}_i$, $\dot{X}_{it} = X_{it} - \bar{X}_i$ e $\dot{u}_{it} = u_{it} - \bar{u}_i$.

Como é possível observar, o termo da heterogeneidade não está presente na equação (3), em função da transformação de efeitos fixos. Wooldridge (2002) sugere estimar a equação (8) por meio de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com dados agrupados.

Em termos de variáveis transformadas, a hipótese de exogeneidade estrita pode ser escrita como $E(\dot{u}_{it} | X_i) = E(u_{it} | X_i) - E(\bar{u}_i | X_i) = 0$. Além dessa suposição, para se obter a consistência do estimador de efeitos fixos¹, β_{EF} , é necessário assumir: (ii) $rank[E(\dot{X}_i' \dot{X}_i)] = K$.

De maneira semelhante ao modelo de efeitos aleatórios, a eficiência do estimador de efeitos fixos é garantida com a suposição homocedasticidade e não correlação serial dos erros, $E(u_i u_i' | X_i, c_i) = \sigma_u^2 I_T$ (ver WOOLDRIDGE, 2002, p. 269).

4.1.1.3 Primeira Diferença (PD)

A estimação via primeira diferença (PD) não somente controla os efeitos da heterogeneidade, mas também os efeitos da possível existência de

¹ O estimador de efeitos fixos também é conhecido como estimador *within*, por considerar a variação do tempo dentro de cada unidade observacional. Já o estimador da equação (7) ao aplicar o método de MQO com dados agrupados é conhecido como estimador *between*, leva em consideração somente a variação entre as unidades observacionais.

autocorrelação entre os erros. Nesse sentido, o modelo em primeira diferença pode ser escrito como:

$$\Delta Y_{it} = \Delta X_{it}' \beta + \Delta u_{it} \quad i = 1, 2, \dots, N \quad t = 2, \dots, T \quad (4)$$

onde $\Delta Y_{it} = Y_{it} - Y_{it-1}$, $\Delta X_{it} = X_{it} - X_{it-1}$ e $e_{it} \equiv \Delta u_{it} = u_{it} - u_{it-1}$.

De maneira análoga, a transformação de efeitos fixos, a transformação de primeira diferença é eficaz ao eliminar a variável latente do modelo. A estimação consistente do vetor de parâmetros β depende das seguintes suposições: (i) $E(u_{it} | X_i, c_i) = 0$ e, (ii) $\text{rank} \left[\sum E(\Delta X_{it}' \Delta X_{it}) \right] = K$. Semelhante aos modelos de efeitos fixos (EF) e aleatórios (EA), o modelo de primeira diferença (PD) também necessita das suposições de exogeneidade estrita e condição de *rank* para garantir a consistência do estimador β_{PD} . O vetor de estimativas do modelo de primeira diferença pode ser obtido utilizando o MQO com dados agrupados.

Uma vantagem do método de estimação em primeira diferença (PD) é a sua facilidade computacional, em detrimento ao método de efeitos fixos (EF). Além disso, quando a amostra considera apenas dois períodos no tempo, $T = 2$, ambos os métodos produzem estimadores idênticos, assim como suas estimativas. Já quando $T \geq 3$, a escolha entre os estimadores de efeitos fixos (EF) e primeira diferença (PD) dependerá das suposições em relação ao erro u_{it} . Em particular, sob a hipótese de exogeneidade estrita, condição de *rank* e não correlação serial, o estimador de efeitos fixos é o mais eficiente dentro da classe de estimadores que assumem $E(u_{it} | X_i, c_i) = 0$.

A eficiência do estimador de primeira diferença, β_{PD} , é garantida quando se tem $E(e_{it} e_{it}') | X_{it}, c_i) = \sigma_e^2 I_{T-1}$, $t = 2, \dots, T$, isto é, e_{it} é não serialmente correlacionado. O que implica em dizer que u_{it} é um ruído branco, $u_{it} = u_{it-1} + e_{it}$. De acordo com Wooldridge (2002), assumir que u_{it} não possui autocorrelação é, muitas vezes, considerada como uma forte suposição.

Outrossim, caso u_{it} seja um ruído branco a suposição que garante a eficiência do estimador de efeitos fixos não será mais válida. Nesse sentido, caso e_{it} seja não autocorrelacionado, o estimador de primeira diferença passa a ser o mais eficiente na classe de estimadores que utilizam a suposição de exogeneidade estrita.

4.1.2 Testes Usuais para Dados em Painel e Resultados

Apesar de toda a descrição econométrica dos possíveis modelos a serem utilizados para estimar as elasticidades de interesse do estudo, são os testes estatísticos que apresentam um diagnóstico a respeito da especificação do modelo, e até mesmo indicam qual o método mais adequado a ser utilizado.

Inicialmente, a hipótese levantada por esse estudo é com respeito à presença de heterogeneidade c_i , no modelo descrito pelas equações (6) e (7). Nesse sentido, a hipótese a ser testada é $H_0 : \sigma_c^2 = 0$, a qual implica em ausência de heterogeneidade no modelo. Para tanto, Breusch e Pagan (1980) descrevem um teste baseado no princípio do Multiplicador de Lagrange (LM), capaz de comprovar a validade ou não da hipótese acima. Em essência, o teste de Breusch-Pagan testa a hipótese de existência ou não de efeitos aleatórios para a equação (1), seguindo uma distribuição Qui-quadrado com graus de liberdade igual a 1, χ_1^2 .

No entanto, após comprovar a existência de heterogeneidade, torna-se necessário realizar o teste de Hausman, o qual indicará o modelo mais adequado para tratar a heterogeneidade, seja através de efeitos fixos (EF) ou aleatórios (AE). Esse teste de especificação de modelo tem como hipótese nula a ortogonalidade dos regressores em relação ao termo da heterogeneidade, ou seja, a hipótese nula é de efeitos aleatórios (EA). Em termos práticos, o teste de Hausman realiza uma comparação entre as variâncias dos estimadores β_{EA} e β_{EF} , onde a distribuição assintótica segue uma Qui-quadrado com graus de liberdade igual a $K - 1$ (K é o número “rank” da matriz X), χ_{K-1}^2 .

Finalmente, o último teste de diagnóstico a ser realizado é o teste usual de White para verificar a presença de heterocedasticidade nos modelo de efeitos fixos (EF) e primeira diferença (PD), os quais foram estimados por meio de MQO com dados agrupados. Nesse sentido, a hipótese nula é de homocedasticidade dos erros, e a estatística a ser observada é o NTR^2 que segue uma distribuição Qui-quadrado com graus de liberdade igual ao número de regressores da regressão auxiliar, χ_M^2 .²

² Os resultados da regressão auxiliar são obtidos estimando-se um modelo onde a variável dependente é \hat{u}^2 , e as variáveis explicativas são X , X^2 e o produto cruzado entre cada elemento de X .

5. BASE DE DADOS E SELEÇÃO DAS VARIÁVEIS

Os dados sobre abertura de empresas são secundários e obtidos através de informações disponibilizadas publicamente pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), órgão central cujas funções principais incluem supervisão, orientação, coordenação e normalização das atividades relativas ao registro de novas empresas, realizado nas juntas comerciais em cada estado do país. Os dados forma agrupados segundo as seguintes classificações:

- **Firma Individual:** empresas que pertencem a um único proprietário e é por ele dirigida;
- **Empresas LTDA:** a propriedade é de dois ou mais indivíduos. O capital social deve estar totalmente desembolsado em um movimento de constituir a sociedade. O capital está dividido em partes iguais, chamadas cotas. Nestas empresas, os sócios não respondem com seu patrimônio pessoal, somente com o capital aplicado;
- **Empresas:** Inclui todos os tipos de empresas, (Firma Individual, Empresas LTDA e Cooperativas).

A unidade de observação é um estado da Federação em um determinado ano. Assim, a base de dados é formada por um painel de 22 Unidades da Federação mais o Distrito Federal (ou seja, 23 informações do tipo *cross-section*) durante os anos de 1999 a 2005. Os dados agregados por Estado são provenientes de várias pesquisas realizadas anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela FGV-DADOS. O quadro abaixo sumariza os efeitos esperados de cada fator (elencados na seção 3) sobre a abertura de novas em empresas segundo a teoria eclética, bem como as variáveis e suas fontes. As estatísticas descritivas das variáveis estão disponíveis na tabela a seguir e dados mais detalhados estão dispostos nos anexos.

Observa-se que em média foram criadas 15980 empresas anualmente no Brasil o que revela uma taxa de abertura de 10.6%. Infelizmente, não é possível comparar estes resultados com os de outros países dado que as estatísticas de empreendedorismo não são comparáveis. O GEM, por exemplo, utiliza número de empreendedores sobre o total de empreendedores em potencial. No presente estudo a medida de empreendedorismo é definida pela taxa de abertura de empresas (empresas criadas sobre empresas já estabelecidas).

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Constituição de Empresas	15980.57	25598.56
Taxa de Abertura de Empresas (%)	10,6	4.4
PIB	44273389	79306497
Serv. No Pib (%)	56	11.81
População	6501239	7780076
Taxa de Urb.	78.5	10.2
Imigração (%)	19.69	14.4
Part. Mulher	51.2547	1.2
Gini	0.565685	0.034246
Educação	5.8	1.1
Dist. Pop	0.4120	0.4109

Fonte: Elaboração da Autora

Variáveis	Efeito sobre a abertura de novas empresas	Fonte de Pesquisa
Desenvolvimento Econômico	Positivo ou negativo	PIB (FGV-DADOS)
Desenvolvimento Tecnológico	Positivo	PIB (FGV-DADOS)
Tamanho do setor de serviço	Positivo ou negativo	Participação do setor de serviço no PIB (FGV-DADOS)
Crescimento Populacional	Positivo	Crescimento populacional (IBGE)
Densidade populacional	Positivo ou negativo	Taxa de urbanização (SIDRA-IBGE)
Imigração	Positivo	Número de imigrantes sobre população residente (SIDRA-IBGE)
Participação da mulher no mercado de trabalho	Positivo ou negativo	Participação da mulher no mercado de trabalho (SIDRA)
Disparidade de Renda	Positivo	GINI (IBGE)

Quadro 1 – Variáveis e Efeitos sobre a abertura de novas empresas segundo a Teoria Eclética

Fonte: Elaboração da Autora

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados das estimativas realizadas. Para cada modelo seleciona-se uma variável dependente, que mede o nível de empreendedorismo (variável agregada *Empresas, Firma Individual ou Firma LTDA*) e para cada escolha adotam-se critérios estatísticos para selecionar a melhor especificação efeitos aleatórios (EA), efeitos fixos (EF) ou primeira diferença (PD) com o objetivo de avaliar alguns dos fatores determinantes da abertura de novas empresas no Brasil, por tipo de empresas.

As estimações foram realizadas utilizando 22 Unidades da Federação mais o Distrito Federal (ou seja, 23 informações do tipo *cross-section*) durante os anos de 1999 a 2005. A Tabela 2 reporta os parâmetros estimados para quando se utiliza como variável dependente a variável EMPRESA. Para explicar a abertura de Empresas, estes testes indicaram que o modelo apropriado é o EA³. Os resultados indicam que apenas a taxa de urbanização, medida de densidade populacional, é estatisticamente significativa, e que esta impacta a abertura de novas empresas de forma negativa. Este resultado sugere que o efeito escala se sobrepõe ao efeito proximidade do mercado e infra-estrutura e benefícios mútuos advindos da inovação e cooperação.

Tabela 2 – Determinantes da abertura de novas empresas com variável agregada Empresas como medida de empreendedorismo

Variáveis Explicativas	Coefficientes
Intercepto	-4.0738 (3.1197)
PIB	-0.1137 (0.3271)
Serv. No PIB	-0.3798 (0.3919)
Cresc. Pop.	-0.1498 (0.1045)
Taxa de Urb.	-1.7269* (0.9019)

³ De fato o teste de Hausman não rejeita a hipótese nula (efeito aleatório), enquanto o de Wooldridge aponta ausência de autocorrelação serial, logo a especificação mais apropriada é a EA

Variáveis Explicativas	Coefficientes
Dist. Pop	-0.5298 (0.6430)
Imigração	0.1704 (0.1453)
Part. Mulher	-2.7192 (3.7657)
Gini	0.8808 (1.3681)
Educação	1.0113 (0.9881)

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota: (*) indica significância ao nível de 5 %

Os valores entre parênteses são os desvios-padrões. Modelo EA.

Como visto, o modelo agregado tem pouco poder de explicação para os determinantes da abertura de novas empresas. Assim, reavalia-se o modelo a partir de análise mais desagregada, por tipo de empresa. E assim como o modelo anterior, a análise para constituição de Firma Individual (ver Tabela 3) acrescenta pouco, pois o modelo não apresenta nenhuma variável estatisticamente significativa⁴.

Tabela 3 – Determinantes da abertura de novas empresas com variável Firma Individual como medida de empreendedorismo

Variáveis Explicativas	Coefficientes
Intercepto	- -
PIB	-0.4454 (0.4402)
Serv. No PIB	-0.6408 (1.2347)
Cresc. Pop.	-3.2947 (2.5369)
Taxa de Urb.	-0.6793 (1.2634)
Dist. Pop	0.0908 (1.2192)
Imigração	0.8702 (0.7185)
Part. Mulher	-2.6928 (5.0049)
Gini	-2.7778 (3.2468)

⁴ Modelo selecionado é o PD

Variáveis Explicativas	Coeficientes
Educação	-0.3839 (1.9529)

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota: (*) indica significância ao nível de 5 %

Os valores entre parênteses são os erros-padrões. Modelo PD

No modelo que explica a abertura de empresas Limitadas (Tabela 4), as quais são constituídas por sociedades e os sócios respondem apenas pelo capital da empresa, verifica-se um maior número de variáveis explicativas significantes⁵: Tamanho do setor de serviços no PIB, crescimento populacional e taxa de urbanização. No entanto, a variável crescimento populacional não apresenta resultados consistentes com o que prevê a teoria eclética. Por outro lado, o tamanho do setor de serviços afeta positivamente, conforme o esperado, o nível de empreendedorismo. Com relação à densidade populacional (medida pela taxa de urbanização), verifica-se resultado semelhante ao encontrado anteriormente, isto é, encontra-se uma relação negativa entre taxa de urbanização e atividade empreendedora, o que sugere novamente que o efeito escala se sobrepõe ao efeito proximidade do mercado e infra-estrutura e benefícios mútuos advindos da inovação e cooperação.

Tabela 4 – Determinantes da abertura de novas empresas com variável Empresas LTDA como medida de empreendedorismo

Variáveis Explicativas	Coeficientes
Intercepto	21.214* (6.4908)
PIB	-0.1123 (0.1223)
Serv. No PIB	0.3621* (0.1384)
Cresc. Pop.	-1.4449* (0.4503)
Taxa de Urb.	-0.5618* (0.2428)
Dist. Pop	-0.0527 (0.2377)
Imigração	-0.1591 (0.1494)
Part. Mulher	0.2822 (1.1373)

⁵ O modelo selecionado pelos critérios estatísticos é o EF.

Variáveis Explicativas	Coefficientes
Gini	0.2846 (0.4486)
Educação	-0.5451 (0.3569)

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota: (*) indica significância ao nível de 5 %

Os valores entre parênteses são os desvios-padrões. Modelo EA

Efeitos Regionais

No intuito de explorar em maior detalhe os determinantes do empreendedorismo no Brasil, estimamos um modelo para cada tipo de firma (Firma Individual, Limitada, e Empresas) para captar o efeito regional. Para isso, criamos cinco variáveis binárias para representar as macro regiões brasileiras, e controlamos para todas as regiões⁶. Tais variáveis assumem valores 0 e 1. Por exemplo, no caso da região Sudeste, assume valor 1 para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, e 0 caso contrário.

A Tabela 5 reporta o modelo estimado quando se utiliza o total de empresas como medida de empreendedorismo, controlando o efeito regional pela região Nordeste (categoria omitida). Das variáveis que procuram captar efeitos regionais apenas a região SUL apresenta coeficiente estatisticamente significativo (ao nível de 5%), e ainda, apresenta sinal negativo, indicando que a taxa de abertura de empresas no SUL é menor que a do Nordeste. Para explicar a empreendedorismo pela abertura de Empresas (variável agregada), pode-se dizer que a taxa urbanização exerce um efeito negativo sobre o empreendedorismo, resultado idêntico ao obtido na Tabela 2. Por sua vez, a taxa de urbanização apresenta coeficiente com sinal negativo e significativa.

⁶ Todos os modelos estimados estão em Anexo.

Tabela 5 – Determinantes da abertura de novas empresas com variável agregada Empresas como medida de empreendedorismo e efeitos regionais

Variáveis explicativas	Coefficientes
Intercepto	-6.204417* (3.396326)
PIB	0.245749 (0.334400)
Serv. No PIB	-0.176685 (0.356467)
Cresc. Pop.	-0.180226* (0.090627)
Taxa de Urb.	-1.735874* (0.894891)
Dist. Pop	-0.806471 (0.579280)
Imigração	0.135982 (0.144560)
Part. Mulher	-3.334712 (3.851265)
Gini	-0.517376 (1.331413)
Educação	0.587130 (1.065199)
Regional	
Sul	-0.590686* (0.292424)
Sudeste	-0.079707 (0.288218)
Nordeste (omitida)	
Centro-Oeste	-0.315081 (0.317844)
Norte	0.018421 (0.276237)

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota: (*) indica significância ao nível de 5 %.

Os valores entre parênteses são os desvios-padrões. Método EA.

No tocante a abertura de Firma Individual (Tabela 6), das variáveis que procuram captar efeitos regionais apenas a região SUL apresenta coeficiente estatisticamente significativo (ao nível de 5%), e ainda, apresenta sinal negativo, indicando que a taxa de abertura de empresas no SUL é menor que a do Nordeste. Para explicar a empreendedorismo pela abertura de Firmas Individuais, pode-se dizer que a taxa a participação do serviço no PIB exerce um efeito positivo sobre o empreendedorismo.

Tabela 6 – Determinantes da abertura de novas empresas com variável Firma Individual como medida de empreendedorismo e efeitos regionais

Variáveis explicativas	Coefficientes
Intercepto	-10.83971* (3.987580)
PIB	-0.401123 (0.362812)
Serv. No Pib	1.025385* (0.406331)
Cresc. Pop.	0.068424 (0.107779)
Taxa de Urb.	-0.850601 (1.067622)
Dist. Pop	-1.088325 (0.656365)
Imigração	-0.132215 (0.170519)
Part. mulher	-7.577301 (4.290179)
Gini	-3.186959 (1.617363)
Educação	1.435708 (1.198069)
Regional	
Sul	-1.377693* (0.381334)
Sudeste	-0.657690 (0.358947)
Nordeste (omitida)	
Centro-Oeste	-0.268053 (0.391766)
Norte	-0.503875 (0.347912)

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota: (*) indica significância ao nível de 5 %

Os valores entre parênteses são os erros-padrões. Método EA.

Quando se utiliza constituição de empresas LTDA como medida de empreendedorismo (Tabela 7), as regiões SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE e NORTE apresentam coeficientes estatisticamente significativos (ao nível de 5%), e ainda apresentam sinais positivos, indicando que as taxas de abertura de empresas nestas regiões são maiores em relação ao Nordeste. Também a participação do serviço no PIB exerce um efeito positivo sobre o empreendedorismo. A taxa de urbanização, por sua vez, apresenta coeficiente significativo e negativo.

Tabela 7 – Determinantes da abertura de novas empresas com variável Empresas LTDA como medida de empreendedorismo e efeitos regionais

Variáveis explicativas	Coeficientes
Intercepto	0.381480 (1.620183)
PIB	-0.061777 (0.109416)
Serv. No PIB	0.344124* (0.124650)
Cresc. Pop.	-0.090437 (0.084959)
Taxa de Urb.	-0.553421* (0.234550)
Dist. Pop	-0.248670 (0.222865)
Imigração	0.037112 (0.103108)
Part. Mulher	0.898771 (1.116647)
Gini	1.225355 (0.389735)
Educação	-0.908075 (0.291477)
Regional	
Sul	0.926725* (0.186465)
Sudeste	0.849251* (0.200209)
Nordeste (omitida)	
Centro-Oeste	0.879432* (0.224156)
Norte	0.563995* (0.191123)

Fonte: resultados da pesquisa.

Nota: (*) indica significância ao nível de 5 %

Os valores entre parênteses são os desvios-padrões. Método EA.

O quadro abaixo sumariza os resultados obtidos.

Variável Dependente de (medida empreendedorismo)	Determinantes (Modelo sem efeitos Regionais)	Determinantes (Modelo com efeitos Regionais)
Agregada (<i>Empresas</i>)	Taxa de Urbanização ^c	Taxa de Urbanização ^c Crescimento populacional ^{nc}
Firma Individual	-	Tamanho do setor de Serviço ^c
Empresa LTDA	Taxa de Urbanização ^c Tamanho do setor de Serviço ^c Crescimento populacional ^{nc}	Taxa de Urbanização ^c Tamanho do setor de Serviço ^c

Quadro 2 – Sumário dos resultados pertinentes à Teoria Eclética*

Nota: (*) Variáveis com sobrescrito ^c indicam consistência com a teoria eclética e variáveis com sobrescrito ^{nc} indicam ausência de consistência com a referida teoria.

Fonte:

Verifica-se que, exceto quando se utiliza a variável *Firmas Individuais* como medida de empreendedorismo, a taxa de urbanização (medida de densidade populacional) se mostra fator determinante da taxa de criação de novas empresas. O tamanho do setor de Serviços também é fator determinante quando se considera a criação de empresas limitadas. Os resultados empíricos (sinais dos coeficientes) são consistentes com aqueles previstos pela Teoria Eclética quando se consideram estas duas variáveis (taxa de urbanização e tamanho do setor de Serviço). A variável crescimento populacional aparece como fator determinante em alguns modelos (quando se utiliza com medida da taxa de abertura de empresas a variável agregada *Empresas* com efeitos regionais e quando se utiliza a variável empresas LTDA sem efeitos regionais). No entanto, os resultados empíricos (sinais sempre negativos) não são consistentes com aqueles previstos pela Teoria Eclética que prevê uma associação positiva entre crescimento populacional e criação de empresas (sinal positivo). Vale ainda ressaltar que nenhuma das outras variáveis contempladas pela teoria eclética aparece como determinante da atividade empreendedora, pois apresentam coeficientes estatisticamente insignificantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura aponta vários determinantes da abertura de empresas do nível de empreendedorismo, incluindo fatores ligados aos indivíduos (empreendedores potenciais), às firmas e ao país (ou estado). No entanto, os trabalhos sobre empreendedorismo realizados no Brasil se concentram sobre as influências das características dos indivíduos sobre o nível de empreendedorismo. Apesar do desenvolvimento de teorias e evidências empíricas que relacionam criação de novas empresas com as características dos estados (ou países), poucos trabalhos empíricos sobre o Brasil se propuseram a estudar esta relação. Para preencher esta lacuna na literatura sobre empreendedorismo no Brasil, este trabalho procurou identificar quais os determinantes da abertura de novas empresas no Brasil.

Utilizou-se como referencial teórico principal a teoria eclética, que usa a linguagem econômica para distinguir os diversos determinantes do empreendedorismo. De fato, a teoria discrimina os determinantes entre demanda e oferta. O lado da demanda cria oportunidades para empreendedores através da procura por bens e serviços, enquanto que o lado da oferta gera empreendedores em potencial que podem agir ao se depararem com as oportunidades. Devido à clareza e simplicidade, o modelo de análise da teoria eclética é escolhido neste trabalho para servir como referência para construção e interpretação do modelo estatístico.

Utilizaram-se dados secundários sobre abertura de empresas, obtidos através de informações disponibilizadas publicamente pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), órgão central cujas funções principais incluem supervisão, orientação, coordenação e normalização das atividades relativas ao registro de novas empresas, realizado nas juntas comerciais em cada estado do país. Outras fontes de pesquisa foram utilizadas (IBGE, e FGV-DADOS).

Na análise empírica, verifica-se que, exceto quando se utiliza a variável *Firmas Individuais* como medida de empreendedorismo, a taxa de urbanização (medida de densidade populacional) se mostra fator determinante da taxa de criação

de novas empresas. O tamanho do setor de Serviços também é fator determinante quando se considera a criação de empresas limitadas. Os resultados empíricos (sinais dos coeficientes) são consistentes com aqueles previstos pela Teoria Eclética quando se consideram estas duas variáveis (taxa de urbanização e tamanho do setor de Serviço). A variável crescimento populacional aparece como fator determinante em alguns modelos (quando se utiliza com medida da taxa de abertura de empresas a variável agregada *Empresas* com efeitos regionais e quando se utiliza a variável empresas LTDA sem efeitos regionais). No entanto, os resultados empíricos (sinais sempre negativos) não são consistentes com aqueles previstos pela Teoria Eclética que prevê uma associação positiva entre crescimento populacional e criação de empresas (sinal positivo). Vale ainda ressaltar que nenhuma das outras variáveis contempladas pela teoria eclética aparece como determinante da atividade empreendedora, pois apresentam coeficientes estatisticamente insignificantes.

O presente trabalho, no entanto, possui algumas limitações. A principal delas diz respeito à ausência de variáveis institucionais e de política pública como tributação, burocracia e tempo para criar um novo negócio, direito de propriedade, etc. Devido a limitações na disponibilidade de dados que possam servir como medida adequada para tais variáveis, o presente trabalho não as incluiu na análise. Caso venham a se tornarem públicas e acessíveis, tais informações poderiam ser utilizadas em uma extensão deste trabalho através do uso da mesma metodologia aqui adotada. Outra extensão interessante seria analisar o efeito contrário da abertura de novos negócios: a mortalidade de empresas. Dados sobre fechamento estão disponíveis no mesmo banco de dados utilizados neste trabalho (DNRC).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIS, J., W.H.M VAN DER HOEVEN and W.H.J. VERHOEVEN, 1995, Determinanten van zelfstandig ondernemerschap: een internationale vergelijking, OSA-werkdocument, Den Haag.

BLANCHFLOWER, D.G., 2000, Self-employment in OECD countries, **Labour Economics**, 7, p. 471-505.

BOSMA, N.S., W.S. ZWINKELS and M.A. CARREE, 1999, Determinanten voor toegenomen uittreding van ondernemers: een analyse van de ontwikkelingen in Nederland over de periode 1987-1997, **EIM Business and Policy Research**, Zoetermeer.

BRÜDERL, J. and P. PREISENDÖRFER, 1998, Network support and the success of newly founded businesses, **Small Business Economics**, 10 (3), p. 213-225.

BRUSH, C.G., 1992, Research on women business owners: past trends, a new perspective and future directions, **Entrepreneurship Theory and Practice**, 17 (4), p. 5-30.

BURLAMAQUI, Leonardo; PROENÇA, Adriano. Inovação, recursos e comprometimento: em direção a uma teoria estratégica da firma. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 1, p. 79-110, Janeiro/Junho 2003.

BUTTNER, E.H. and D.P. MOORE, 1997, Women's organizational exodus to entrepreneurship: self-reported motivations and correlates with success, **Journal of Small Business Management**, 35 (1), p. 34-46.

CARREE, M.A. and J. NIJKAMP, 2001, Deregulation in retailing: the Dutch experience, **Journal of Economics and Business**, forthcoming.

CARREE, M.A., and A.R. THURIK, 1996, Entry and exit in retailing: incentives, barriers, displacement and replacement, **Review of Industrial Organization**, 11 (2), p. 155-172.

DUTRA, Ivan de Souza; PREVIDELLI, José J. Perfil do Empreendedor versus Mortalidade de Empresas: Estudo de Caso do Perfil do Micro e Pequeno Empreendedor. In: XXVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. 1., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia, 2003.

EZ, 1999, The entrepreneurial society. Entrepreneurship: more opportunities, less threats, Ministry of Economic Affairs, Den Haag.

FIET, J. O. The informational basis of entrepreneurial discovery. **Small Business Economics**, 8, p. 419- 430, 1996.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **RAUSP** Revista de Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo v. 34, n. 2, p. 05-28, abr/jun. 1999a.

GALBRAITH, JAY, 1973. Designing Complex Organizations.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Executive Report 2005. Disponível em <http://www.gemconsortium.org/document.asp?id=214>.

GINSBERG, Ari and V. VENKATARAMAN, 1985. Contingency Perspectives of Organizational Strategy: A Critical Review of the Empirical Research, **Academy of Management Review**, 10, p. 421-434.

HAAHTI, Antti J. A word on theories of entrepreneurship and theories of small business interface: a few comments. **Helsinki School of Economics**, 1987.

IYIGUN, M.F. and A.L. OWEN, 1988, Risk, entrepreneurship, and human-capital accumulation, **AEA Papers and Proceedings**, 88 (2), 454-457.

LAKATUS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1986. London.

LONGENECKER, Justin G. ; MOORE, Carlos W. PETTY, J. William. **Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1997.

LOSCOCCO, K.A., 1991. Gender and small business success: an inquiry into women's relative disadvantage, **Social Forces**, 70 (1), 65-85.

LOW, M. B. and I.C. MacMILLAN, 1988. Entrepreneurship: Past Research and Future Challenges. **Journal of Management**, v. 14: 2, p. 139-161.

LUMPKIN, G.T. and G.G. DESS, 1996, Clarifying the entrepreneurial orientation construct and linking it to performance, **Academy of Management Review**, 21 (1), p. 135-172.

McCLELLAND, D. C. **The achieving society**. Van Nostrand: Princeton, 1961.

NOORDERHAVEN, N.G., A.R.M. WENNEKERS, G. HOFSTEDE, A.R. THURIK and R.E. Wildeman, 1999, Selfemployment out of dissatisfaction, Tinbergen discussion paper TI 99-089/3, Erasmus University Rotterdam.

OECD, 1996, SMEs: Employment, Innovation and Growth: The Washington Workshop, OECD, Paris.

OECD, 1998a, Fostering Entrepreneurship, the OECD jobs strategy, OECD, Paris.

OECD, 1998b, Women Entrepreneurs in Small and Medium Enterprises, OECD Conference Paris 1997, OECD, Paris.

PRAAG, Van M. C. Some classic views on entrepreneurship. **De Economist** . p. 311-335. Rotterdam.

STANWORTH, M.J.K. & J. CURRAN, 1973, Management Motivation in the Smaller Business, Gower Press,

STOREY, D.J., 1994, Understanding the Small Business Sector, Routledge, London/New York.

STOREY, D.J., 1999, Six steps to heaven: evaluating the impact of public policies to support small business in developed economies, in: D.L. Sexton and H. Landström (eds), **Handbook of Entrepreneurship**, Blackwell: Oxford, 176-194.

VERHEUL, I. and A.R. THURIK, 2001, Start-up capital: differences between male and female entrepreneurs. 'Does gender matter?', **Small Business Economics**, forthcoming.

VERHEUL, Ingrid; WENNEKERS, Sander; AUDRETSCH, David e THURIK, Roy. An eclectic theory of entrepreneurship: policies, institutions and culture. Amsterdam: Tinbergen Institute, 2001.

WENNEKERS, A.R.M. and A.R. THURIK, 1999, Linking entrepreneurship and economic growth, **Small Business Economics**, 13 (1), p. 27-55.

WORLD BANK. (2002). **Review of Small Business Activities**. Washington, DC: World Bank.

WORLD BANK. (2004). **Review of Small Business Activities**. Washington, DC: World Bank.

WORLD BANK. Can Intervention Work? The role of Government in SME Success. Washington, DC: World Bank, 1994.

ZIMMERER, T. W.; SCARBOROUGH, N. M. **Essentials of small business management**. New York: Macmillan College, 1994.

ANEXO A – Tabela 8

Tabela 8 – Matriz de Correlação

	Tx de Abert.	Pib	Serv. No Pib	Cresc. Pop	Taxa de Urb.	Imigração	Part. mulher	Gini	Educ.	Dist. Pop
Tx de Abert.	1.000									
PIB	-0.2642	1.000								
	0.0002									
Serv. No PIB	-0.078	-0.0139	1.000							
	0.2863	0.8492								
Cresc. Pop.	-0.3177	0.9503	-0.0958	1.000						
	0.0000	0.00000	0.1899							
Taxa de Urb.	-0.1364	0.4801	0.077	0.3478	1.000					
	0.064	0.00000	0.2975	0.0000						
Imigração	0.2682	-0.0295	0.0398	-0.2071	0.3849	1.000				
	0.0002	0.6867	0.5863	0.0043	0.0000					
Part. mulher	-0.2559	0.2592	0.343	0.2622	0.2803	-0.2745	1.000			
	0.0004	0.0003	0	0.0003	0.0001	0.0001				
Gini	-0.0012	-0.1985	0.3119	-0.1597	-0.2433	-0.1325	0.353	1.000		
	0.9871	0.0062	0	0.0282	0.0008	0.0691	0.0000			
Educação	0.0288	0.3891	0.2941	0.2124	0.8053	0.4897	0.217	-0.336	1.000	
	0.6939	0	0	0.0033	0	0	0.0027	0.0000		
Dist. Pop	-0.0187	0.0769	0.1136	0.0041	0.0444	-0.0059	-0.0519	-0.1089	0.057	1.000
	0.7984	0.2929	0.1197	0.9551	0.5488	0.9362	0.4783	0.1359	0.4362	

Fonte: Elaboração da Autora

Nota: Abaixo do coeficiente de correlação encontra-se o nível de significância das correlações

ANEXO B – Tabela 9

Tabela 9 – Taxa de Aber. de Empresas por Estado 1999-2005

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	0.137	0.145	0.118	0.090	0.115	0.101	0.098
AL	Alagoas	0.173	0.142	0.109	0.097	0.090	0.093	0.093
AP	Amapá	0.240	0.214	0.199	0.167	0.194	0.147	0.147
AM	Amazonas	0.244	0.178	0.168	0.131	0.112	0.107	0.105
BA	Bahia	0.153	0.135	0.123	0.011	0.095	0.095	0.099
CE	Ceará	0.120	0.103	0.009	0.009	0.080	0.077	0.080
DF	Distrito Federal	0.165	0.131	0.124	0.113	0.096	0.091	0.169
ES	Espírito Santo	0.097	0.098	0.096	0.087	0.084	0.081	0.082
GO	Goiás	0.148	0.103	0.128	0.010	0.107	0.118	0.010
MA	Maranhão	0.178	0.146	0.161	0.114	0.103	0.094	0.106
MT	Mato Grosso	0.137	0.136	0.135	0.109	0.103	0.105	0.099
MS	Mato Grosso do Sul	0.138	0.123	0.119	0.096	0.091	0.094	0.087
MG	Minas Gerais	0.105	0.097	0.086	0.075	0.070	0.072	0.072
PA	Pará	0.159	0.161	0.140	0.108	0.105	0.106	0.109
PB	Paraíba	0.178	0.133	0.112	0.097	0.007	0.065	0.068
PR	Paraná	0.119	0.011	0.100	0.088	0.085	0.008	0.085
PE	Pernambuco	0.149	0.137	0.012	0.103	0.094	0.010	0.104
PI	Piauí	0.100	0.088	0.087	0.064	0.068	0.062	0.075
RJ	Rio de Janeiro	0.090	0.082	0.080	0.007	0.099	0.065	0.063
RN	Rio Grande do Norte	0.118	0.107	0.100	0.091	0.153	0.085	0.118
RS	Rio Grande do Sul	0.103	0.095	0.009	0.007	0.074	0.074	0.072
RO	Rondônia	0.145	0.140	0.117	0.092	0.089	0.097	0.089
RR	Roraima	0.306	0.166	0.154	0.099	0.104	0.092	0.089
SC	Santa Catarina	0.111	0.104	0.098	0.086	0.078	0.079	0.080
SP	São Paulo	0.098	0.092	0.088	0.077	0.081	0.075	0.072
SE	Sergipe	0.163	0.154	0.124	0.107	0.100	0.104	0.101
TO	Tocantins	0.171	0.154	0.140	0.111	0.099	0.108	0.110

Fonte: DNRC

ANEXO C – Tabela 10

Tabela 10 – Taxa de Aber. de Firmas Individuais por Estado 1999-2005

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	0.098	0.103	0.081	0.061	0.082	0.075	0.072
AL	Alagoas	0.128	0.093	0.068	0.063	0.060	0.061	0.062
AP	Amapá	0.186	0.167	0.151	0.127	0.133	0.110	0.105
AM	Amazonas	0.185	0.126	0.120	0.091	0.077	0.077	0.075
BA	Bahia	0.087	0.073	0.067	0.058	0.054	0.055	0.058
CE	Ceará	0.086	0.073	0.066	0.059	0.055	0.054	0.056
DF	Distrito Federal	0.067	0.048	0.049	0.043	0.004	0.032	0.057
ES	Espírito Santo	0.040	0.049	0.049	0.037	0.038	0.035	0.034
GO	Goiás	0.060	0.036	0.051	0.035	0.042	0.057	0.045
MA	Maranhão	0.124	0.101	0.109	0.080	0.072	0.068	0.080
MT	Mato Grosso	0.081	0.078	0.077	0.006	0.060	0.058	0.055
MS	Mato Grosso do Sul	0.080	0.067	0.065	0.049	0.048	0.051	0.047
MG	Minas Gerais	0.053	0.043	0.039	0.034	0.032	0.029	0.031
PA	Pará	0.080	0.086	0.070	0.056	0.058	0.060	0.060
PB	Paraíba	0.134	0.089	0.073	0.062	0.046	0.045	0.046
PR	Paraná	0.049	0.004	0.037	0.032	0.035	0.033	0.034
PE	Pernambuco	0.009	0.081	0.007	0.059	0.058	0.063	0.068
PI	Piauí	0.069	0.056	0.055	0.040	0.047	0.042	0.054
RJ	Rio de Janeiro	0.023	0.019	0.019	0.016	0.024	0.002	0.016
RN	Rio Grande do Norte	0.080	0.067	0.063	0.056	0.095	0.052	0.072
RS	Rio Grande do Sul	0.059	0.005	0.048	0.037	0.040	0.004	0.039
RO	Rondônia	0.083	0.075	0.059	0.044	0.004	0.045	0.040
RR	Roraima	0.238	0.117	0.105	0.071	0.075	0.066	0.063
SC	Santa Catarina	0.041	0.036	0.034	0.003	0.029	0.028	0.029
SP	São Paulo	0.050	0.047	0.046	0.040	0.041	0.036	0.036
SE	Sergipe	0.065	0.060	0.048	0.044	0.043	0.042	0.042
TO	Tocantins	0.115	0.095	0.008	0.064	0.006	0.006	0.060

Fonte: DNRC

ANEXO D – Tabela 11

Tabela 11 – Taxa de Aber. de Firmas LTDA por Estado 1999-2005

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	0.036	0.040	0.035	0.029	0.032	0.025	0.025
AL	Alagoas	0.045	0.049	0.040	0.033	0.030	0.032	0.032
AP	Amapá	0.051	0.043	0.045	0.036	0.059	0.036	0.041
AM	Amazonas	0.058	0.051	0.046	0.038	0.034	0.030	0.030
BA	Bahia	0.065	0.062	0.055	0.047	0.040	0.039	0.041
CE	Ceará	0.033	0.030	0.028	0.026	0.024	0.022	0.023
DF	Distrito Federal	0.097	0.081	0.074	0.069	0.060	0.058	0.112
ES	Espírito Santo	0.056	0.048	0.046	0.049	0.046	0.046	0.047
GO	Goiás	0.088	0.067	0.076	0.066	0.065	0.061	0.058
MA	Maranhão	0.053	0.043	0.050	0.034	0.031	0.025	0.026
MT	Mato Grosso	0.055	0.058	0.057	0.045	0.042	0.046	0.043
MS	Mato Grosso do Sul	0.057	0.056	0.053	0.046	0.042	0.043	0.039
MG	Minas Gerais	0.051	0.053	0.046	0.041	0.038	0.042	0.041
PA	Pará	0.076	0.073	0.068	0.051	0.047	0.045	0.048
PB	Paraíba	0.043	0.043	0.038	0.035	0.023	0.020	0.022
PR	Paraná	0.069	0.067	0.063	0.055	0.049	0.050	0.050
PE	Pernambuco	0.059	0.055	0.049	0.044	0.036	0.037	0.036
PI	Piauí	0.031	0.031	0.032	0.024	0.021	0.019	0.020
RJ	Rio de Janeiro	0.066	0.061	0.059	0.053	0.073	0.049	0.046
RN	Rio Grande do Norte	0.037	0.039	0.037	0.035	0.057	0.032	0.041
RS	Rio Grande do Sul	0.044	0.042	0.040	0.033	0.033	0.033	0.033
RO	Rondônia	0.060	0.063	0.056	0.047	0.047	0.051	0.049
RR	Roraima	0.066	0.046	0.047	0.027	0.027	0.025	0.026
SC	Santa Catarina	0.069	0.068	0.064	0.057	0.048	0.050	0.051
SP	São Paulo	0.046	0.044	0.041	0.037	0.040	0.039	0.036
SE	Sergipe	0.097	0.093	0.075	0.061	0.057	0.062	0.058
TO	Tocantins	0.054	0.057	0.058	0.047	0.043	0.046	0.050

Fonte: DNRC

ANEXO E – Tabela 12

Tabela 12 – Participação da Mulher no Mercado de Trabalho

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	0.535841	0.497028	0.517123	0.514754	0.521875	0.498943	0.512346
AL	Alagoas	0.522583	0.516213	0.52131	0.526617	0.515337	0.520137	0.519731
AP	Amapá	0.498209	0.50046	0.48169	0.511111	0.497396	0.522145	0.520971
AM	Amazonas	0.514082	0.497975	0.512545	0.518732	0.511062	0.503531	0.497981
BA	Bahia	0.509336	0.509108	0.510515	0.50968	0.506832	0.507438	0.508698
CE	Ceará	0.517592	0.517491	0.526032	0.524714	0.517214	0.522295	0.520577
DF	Distrito Federal	0.530605	0.528128	0.538643	0.531109	0.539301	0.539242	0.526753
ES	Espírito Santo	0.497905	0.507594	0.513002	0.514498	0.503825	0.515839	0.5138
GO	Goiás	0.510482	0.504648	0.514299	0.510289	0.505648	0.511684	0.516032
MA	Maranhão	0.501282	0.504918	0.505251	0.509314	0.508179	0.514854	0.506706
MT	Mato Grosso	0.490347	0.485025	0.485056	0.500473	0.499304	0.501794	0.49569
MS	Mato Grosso do Sul	0.509186	0.501523	0.51345	0.503915	0.506864	0.518276	0.514423
MG	Minas Gerais	0.509871	0.508452	0.51617	0.516998	0.512987	0.5147	0.512039
PA	Pará	0.522074	0.495426	0.521403	0.518519	0.516051	0.499435	0.513359
PB	Paraíba	0.52493	0.519936	0.518185	0.516731	0.518943	0.514931	0.518367
PR	Paraná	0.511706	0.508202	0.507685	0.516109	0.516338	0.512437	0.515282
PE	Pernambuco	0.52448	0.522615	0.52381	0.519594	0.520944	0.529508	0.519842
PI	Piauí	0.523236	0.512461	0.520404	0.504867	0.516359	0.512821	0.521346
RJ	Rio de Janeiro	0.532676	0.526449	0.535948	0.537364	0.535992	0.536306	0.532891
RN	Rio Grande do Norte	0.51335	0.515135	0.510339	0.508402	0.51478	0.515728	0.51348
RS	Rio Grande do Sul	0.51714	0.513678	0.519063	0.515361	0.515894	0.518547	0.518202
RO	Rondônia	0.511285	0.485996	0.498607	0.505882	0.514877	0.495915	0.505627
RR	Roraima	0.522314	0.485762	0.482927	0.504902	0.502283	0.487889	0.486842
SC	Santa Catarina	0.500342	0.504189	0.499451	0.510318	0.508252	0.510425	0.517871
SP	São Paulo	0.517902	0.514063	0.51972	0.518805	0.520717	0.522856	0.520191
SE	Sergipe	0.517899	0.514702	0.528671	0.527703	0.526592	0.516315	0.516605
TO	Tocantins	0.495815	0.488581	0.493478	0.497393	0.492355	0.493621	0.484762

Fonte: IBGE

ANEXO F – Tabela 13

Tabela 13 – Taxa de Urbanização

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	n.a	0.68331	0.67206	0.68831	0.69598	0.68694	0.66743
AL	Alagoas	0.652973	0.70105	0.68184	0.68808	0.68061	0.66678	0.65568
AP	Amapá	n.a	0.92565	0.90429	0.93512	0.94796	0.97004	0.93342
AM	Amazonas	0.756449	0.79781	0.75545	0.77352	0.78091	0.77866	0.78024
BA	Bahia	0.616085	0.66785	0.67339	0.67090	0.67307	0.67901	0.66812
CE	Ceará	0.670248	0.73822	0.74792	0.76203	0.76923	0.76737	0.75877
DF	Distrito Federal	0.91427	0.97273	0.96403	0.97398	0.97407	0.95221	0.95023
ES	Espírito Santo	0.754969	0.82632	0.81447	0.83077	0.82361	0.82521	0.83656
GO	Goias	0.811858	0.88756	0.88202	0.90131	0.89800	0.88344	0.87996
MA	Maranhão	0.435632	0.61387	0.65527	0.67170	0.68646	0.68272	0.65374
MT	Mato Grosso	0.740726	0.82151	0.79800	0.82324	0.79244	0.78557	0.78575
MS	Mato Grosso do Sul	0.835142	0.84904	0.85929	0.87778	0.86372	0.85735	0.85119
MG	Minas Gerais	0.770427	0.83876	0.83632	0.85458	0.85828	0.85112	0.84762
PA	Pará	0.543311	0.68623	0.68294	0.71045	0.72654	0.72567	0.74111
PB	Paraíba	0.660851	0.72026	0.75102	0.73822	0.76963	0.75917	0.77589
PR	Paraná	0.797376	0.82021	0.82416	0.84119	0.85052	0.83756	0.84020
PE	Pernambuco	0.762736	0.79316	0.74861	0.76342	0.75890	0.75626	0.76341
PI	Piauí	0.574814	0.64960	0.62997	0.61551	0.62658	0.62661	0.62044
RJ	Rio de Janeiro	0.949189	0.99194	0.97974	0.98976	0.99095	0.98275	0.97922
RN	Rio Grande do Norte	0.655193	0.75862	0.73541	0.75731	0.73522	0.74216	0.72035
RS	Rio Grande do Sul	0.796438	0.82542	0.81757	0.81578	0.81996	0.81540	0.81895
RO	Rondônia	n.a	0.67131	0.65062	0.66561	0.67381	0.64657	0.67705
RR	Roraima	n.a	0.90429	0.77690	0.80433	0.82003	0.80127	0.81775
SC	Santa Catarina	0.733448	0.81604	0.81046	0.81951	0.83339	0.81847	0.82604
SP	São Paulo	0.930167	0.95163	0.94648	0.95611	0.95905	0.94734	0.94417
SE	Sergipe	0.701404	0.73144	0.80284	0.82663	0.82790	0.82394	0.82123
TO	Tocantins	0.64411	0.74002	0.71483	0.74233	0.74298	0.72625	0.71378

Fonte: IBGE

Nota: *Taxa de Urbanização = POP URB / POP TOTAL.

ANEXO G – Tabela 14

Tabela 14 – Participação dos Serviços no PIB

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	0.73	0.71	0.66	0.67	0.65	0.62	0.63
AL	Alagoas	0.57	0.57	0.56	0.56	0.57	0.56	0.58
AP	Amapá	0.37	0.33	0.29	0.41	0.41	0.40	0.42
AM	Amazonas	0.82	0.83	0.82	0.78	0.79	0.81	0.79
BA	Bahia	0.48	0.44	0.44	0.53	0.53	0.50	0.51
CE	Ceará	0.51	0.51	0.53	0.62	0.61	0.60	0.63
DF	Distrito Federal	1.03	0.95	0.92	0.84	0.82	0.83	0.82
ES	Espírito Santo	0.47	0.46	0.48	0.50	0.49	0.47	0.46
GO	Goiás	0.49	0.46	0.43	0.51	0.51	0.51	0.54
MA	Maranhão	0.56	0.56	0.56	0.61	0.59	0.59	0.59
MT	Mato Grosso	0.46	0.45	0.47	0.53	0.52	0.50	0.51
MS	Mato Grosso do Sul	0.46	0.44	0.42	0.54	0.52	0.52	0.57
MG	Minas Gerais	0.53	0.47	0.49	0.47	0.46	0.40	0.44
PA	Pará	0.45	0.44	0.41	0.52	0.51	0.52	0.52
PB	Paraíba	0.52	0.53	0.51	0.62	0.60	0.61	0.63
PR	Paraná	0.59	0.59	0.58	0.67	0.64	0.63	0.64
PE	Pernambuco	0.44	0.42	0.40	0.53	0.52	0.51	0.54
PI	Piauí	0.55	0.56	0.55	0.64	0.62	0.62	0.63
RJ	Rio de Janeiro	0.54	0.50	0.50	0.65	0.64	0.59	0.58
RN	Rio Grande do Norte	0.53	0.51	0.50	0.60	0.61	0.59	0.60
RS	Rio Grande do Sul	0.74	0.79	0.79	0.73	0.70	0.73	0.75
RO	Rondônia	0.47	0.44	0.43	0.54	0.52	0.50	0.54
RR	Roraima	0.55	0.53	0.52	0.59	0.58	0.58	0.58
SC	Santa Catarina	0.37	0.35	0.35	0.51	0.49	0.48	0.50
SP	São Paulo	0.49	0.51	0.39	0.57	0.53	0.55	0.56
SE	Sergipe	0.51	0.49	0.49	0.56	0.56	0.53	0.56
TO	Tocantins	0.66	0.60	0.50	0.51	0.47	0.46	0.46

Fonte: FGV-DADOS

ANEXO H – Tabela 15

Tabela 15 – Índice de Imigração

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	14.25	12.43	10.62	8.69	9.16	11.50	11.25
AL	Alagoas	7.51	7.36	7.21	8.14	7.85	7.20	6.93
AP	Amapá	39.67	26.05	12.43	27.10	30.48	30.60	31.44
AM	Amazonas	13.48	11.97	10.45	11.24	11.22	13.80	12.65
BA	Bahia	6.03	6.23	6.43	6.55	7.09	6.80	7.07
CE	Ceará	5.03	5.09	5.15	5.41	5.43	5.00	5.95
DF	Distrito Federal	54.70	54.53	54.35	53.36	55.71	51.30	53.26
ES	Espírito Santo	18.01	18.72	19.42	20.11	21.29	18.60	19.60
GO	Goiás	24.76	26.97	29.19	28.97	28.44	28.80	29.12
MA	Maranhão	8.70	9.60	10.49	11.03	10.66	11.10	10.07
MT	Mato Grosso	43.37	44.72	46.07	44.91	44.86	43.20	42.48
MS	Mato Grosso do Sul	31.56	31.65	31.74	31.16	30.65	30.90	30.17
MG	Minas Gerais	6.79	7.16	7.54	7.93	7.75	8.00	7.71
PA	Pará	22.42	17.46	12.49	13.68	13.25	18.90	19.50
PB	Paraíba	9.53	8.05	6.57	7.27	8.38	8.00	8.23
PR	Paraná	20.55	19.88	19.21	19.60	19.25	18.60	18.09
PE	Pernambuco	7.19	7.60	8.02	8.30	7.82	7.00	7.73
PI	Piauí	9.77	9.78	9.79	8.84	9.00	9.20	9.88
RJ	Rio de Janeiro	17.80	17.65	17.50	17.78	17.49	17.20	17.01
RN	Rio Grande do Norte	10.62	9.93	9.25	9.51	9.39	8.80	10.07
RS	Rio Grande do Sul	3.80	3.89	3.98	4.04	4.15	4.10	4.37
RO	Rondônia	68.05	50.61	33.17	33.32	32.28	50.50	47.39
RR	Roraima	48.28	46.38	44.48	39.50	40.86	50.30	50.01
SC	Santa Catarina	14.59	14.72	14.85	15.32	15.50	14.40	16.37
SP	São Paulo	24.69	24.88	25.06	24.81	24.91	24.40	24.28
SE	Sergipe	9.98	9.61	9.24	10.89	10.99	10.70	11.25
TO	Tocantins	35.11	33.30	31.48	33.80	33.17	32.10	32.54

Fonte: IBGE

ANEXO I – Tabela 16

Tabela 16 – Índice de GINI

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	0.621316	0.623061	0.624806	0.62072	0.578178	0.593517	0.583418
AL	Alagoas	0.588043	0.597612	0.60718	0.60553	0.607876	0.574649	0.565792
AP	Amapá	0.542632	0.509088	0.475545	0.5492	0.59386	0.540109	0.525975
AM	Amazonas	0.544297	0.56002	0.575743	0.563289	0.556493	0.536383	0.512297
BA	Bahia	0.585336	0.589491	0.593646	0.591088	0.590236	0.555125	0.55319
CE	Ceará	0.612958	0.612761	0.612564	0.590154	0.568825	0.575947	0.578545
DF	Distrito Federal	0.62763	0.626233	0.624836	0.628733	0.633771	0.62909	0.608131
ES	Espírito Santo	0.577002	0.585488	0.593975	0.580237	0.557163	0.549258	0.55819
GO	Goiás	0.559474	0.563415	0.567357	0.553771	0.531322	0.535398	0.557122
MA	Maranhão	0.57487	0.574559	0.574248	0.566899	0.578486	0.609155	0.520975
MT	Mato Grosso	0.544369	0.557644	0.570919	0.574015	0.548796	0.527731	0.522566
MS	Mato Grosso do Sul	0.556348	0.563641	0.570933	0.563014	0.545667	0.53572	0.532542
MG	Minas Gerais	0.564239	0.562392	0.560546	0.560741	0.550772	0.542461	0.52756
PA	Pará	0.555817	0.553455	0.551093	0.558132	0.517426	0.531724	0.514649
PB	Paraíba	0.656035	0.626321	0.596606	0.600527	0.567938	0.59451	0.580525
PR	Paraná	0.580037	0.57309	0.566144	0.539774	0.546269	0.548335	0.539117
PE	Pernambuco	0.604083	0.610415	0.616747	0.609402	0.589872	0.607292	0.586812
PI	Piauí	0.599399	0.598926	0.598454	0.618392	0.602364	0.590798	0.590512
RJ	Rio de Janeiro	0.555549	0.563825	0.5721	0.549784	0.560757	0.550498	0.556915
RN	Rio Grande do Norte	0.596955	0.58943	0.581905	0.583789	0.562634	0.570305	0.598073
RS	Rio Grande do Sul	0.564145	0.559188	0.55423	0.547875	0.539411	0.528057	0.52015
RO	Rondônia	0.55871	0.55359	0.548469	0.544497	0.506671	0.515461	0.567345
RR	Roraima	0.512183	0.52502	0.537858	0.56121	0.52442	0.579183	0.54412
SC	Santa Catarina	0.520359	0.508929	0.4975	0.471118	0.480586	0.461093	0.460782
SP	São Paulo	0.541673	0.547528	0.553383	0.555086	0.545742	0.527984	0.532144
SE	Sergipe	0.624296	0.597871	0.571446	0.556195	0.578255	0.560759	0.553604
TO	Tocantins	0.558021	0.578632	0.599243	0.559407	0.565848	0.550597	0.535196

Fonte: IBGE

ANEXO J – Tabela 17

Tabela 17 – Número de Empresas já Estabelecidas

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	7010	8121	9296	9967	10593	10903	11884
AL	Alagoas	30242	32186	35417	38380	40419	41128	43260
AP	Amapá	5445	6136	6837	7491	7870	8232	9057
AM	Amazonas	24784	25940	29585	32671	36281	37751	41638
BA	Bahia	188341	201694	233392	248800	262462	271428	291109
CE	Ceará	118487	128644	146641	155949	162632	169513	181456
DF	Distrito Federal	61305	68492	76384	80949	82624	85784	89539
ES	Espírito Santo	79461	84355	96093	101696	106380	109341	114580
GO	Goiás	111563	123098	142842	151472	158149	167232	175615
MA	Maranhão	45011	48034	55016	60017	62067	65361	72475
MT	Mato Grosso	59545	66068	75328	81480	86303	91093	99779
MS	Mato Grosso do Sul	49419	52556	59438	62642	65173	67151	70368
MG	Minas Gerais	496877	527374	595835	625820	650591	661461	688475
PA	Pará	46245	51062	58465	63612	67578	71747	76932
PB	Paraíba	42762	46916	53195	57571	60253	62325	66355
PR	Paraná	319003	337313	387578	404888	429845	449962	476257
PE	Pernambuco	103988	111038	126010	133326	137012	142542	151743
PI	Piauí	35503	36598	40868	44827	47012	48769	52151
RJ	Rio de Janeiro	322336	334397	370336	390118	404032	416184	436141
RN	Rio Grande do Norte	41152	44549	49580	52999	56145	58905	63308
RS	Rio Grande do Sul	441993	468046	534650	562353	581173	598252	618941
RO	Rondônia	24647	27155	30065	31821	33667	34325	36986
RR	Roraima	5108	6500	7440	8319	8796	9340	10035
SC	Santa Catarina	223587	235051	265509	278975	291819	302973	321553
SP	São Paulo	1264823	1339138	1507997	1602315	1669447	1728708	1818153
SE	Sergipe	21209	22366	24225	25735	27237	28696	30851
TO	Tocantins	19290	21352	24193	25446	26503	26821	28299

Fonte: DNRC

ANEXO K – Tabela 18

Tabela 18 – PIB a preços constantes de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional

Sigla	Estado	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	1653388	1702621	1762690	2381089	2412166	2662080	2824256
AL	Alagoas	6826241	7022923	6946242	8145230	8181870	8708839	8907201
AP	Amapá	1681850	1968365	2067616	2732288	2506569	2598446	2751652
AM	Amazonas	16515646	18872885	19029458	18088746	18230945	20479982	21021842
BA	Bahia	44637061	48197174	47949193	50363425	49740735	53428687	57309402
CE	Ceará	20716158	20799548	19805010	23986596	23769665	24906882	25788692
DF	Distrito Federal	23631274	29587137	30331238	46599889	46060540	47781263	50739070
ES	Espírito Santo	19931762	21530247	20683228	22210077	22673541	27170903	29738224
GO	Goiás	19026823	21665356	22986758	31058852	31266466	32442989	31846243
MA	Maranhão	8407528	9206845	9445979	12823959	13491040	14596068	15959557
MT	Mato Grosso	12424073	13428289	13263220	17383080	20356052	24970962	23609976
MS	Mato Grosso do Sul	11574422	11861168	12605575	12578889	14067943	14258668	13637961
MG	Minas Gerais	99539507	1.06E+08	1.04E+08	1.06E+08	1.09E+08	1.2E+08	1.21E+08
PA	Pará	17703916	18913684	19958134	21299513	21717985	24026285	24671384
PB	Paraíba	8426922	9237737	9426549	10321327	10333864	10149144	10627282
PR	Paraná	65536845	65968713	66781339	73386318	79894507	82716319	79793144
PE	Pernambuco	27628913	29126796	29113992	29262019	28691393	29733800	31447774
PI	Piauí	5026231	5329536	5115854	6163550	6406402	6632193	7010555
RJ	Rio de Janeiro	1.21E+08	1.38E+08	1.36E+08	1.42E+08	1.37E+08	1.51E+08	1.56E+08
RN	Rio Grande do Norte	8120209	9293319	9024339	10125135	9864726	10526167	11256234
RS	Rio Grande do Sul	80111274	85137543	86341329	87564134	90910508	93118511	90961138
RO	Rondônia	5333652	5624964	5582223	6458044	7117165	7607551	8130540
RR	Roraima	867672.9	1116581	1118662	1919717	1997750	1899167	2003060
SC	Santa Catarina	37886034	42428004	42704721	46262770	48793034	52286762	53750420
SP	São Paulo	3.61E+08	3.71E+08	3.68E+08	4.25E+08	4.23E+08	4.35E+08	4.58E+08
SE	Sergipe	5770074	5920725	7528826	7848092	7936859	8220324	8458227

Fonte: FGV-DADOS